

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA – DAGEE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ISABEL ALVES MACHADO

**ANÁLISE DOS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS NO QUE TANGE AOS PROJETOS SOCIAIS PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE TELEMACO BORBA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

TELEMACO BORBA - PR

2016

ISABEL ALVES MACHADO

**ANÁLISE DOS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS NO QUE TANGE AOS PROJETOS SOCIAIS PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

Monografia de Especialização apresentada ao
Departamento Acadêmico de Gestão e Economia -
DAGEE, da Universidade Tecnológica Federal do
Paraná como requisito parcial para obtenção do
título de “Especialista em Gestão Pública
Municipal” -
Orientador: Prof. MSc. Reginaldo Borges

TELÊMACO BORBA - PR

2016

Às (os) minhas irmãs (o), “sobrinho”, familiares e demais pessoas com Câncer as (os) quais diante da dor e do sofrimento que estamos sentindo, encontramos na união e no amor a força para viver...

“Deus está aqui nesse momento
Sua presença é real em meu viver
Entregue a sua vida e seus problemas
Fale com Deus,
Ele vai ajudar você

Deus te trouxe aqui
Para aliviar os seus sofrimentos
É Ele o autor da fé
Do princípio ao fim
Em todos teus tormentos
E ainda se vier noites traiçoeiras

Se a cruz pesada for
Cristo estará contigo
E o mundo pode até fazer você chorar
Mas Deus te quer sorrindo
Seja qual for o seu problema

Fale com
Deus, ele vai ajudar você
Após a dor vem a alegria
Pois Deus é o amor
Não te deixará sofrer “

(José Carlos Papae)

AGRADECIMENTOS

“A Deus, que se mostrou criador, sendo criativo. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento, coragem para questionar realidades e propor sempre novo caminho de possibilidades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração os quais oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, inundada pela pura confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador Reginaldo Borges, pelo suporte no limitado tempo que lhe coube, pelas suas sugestões e incentivos.

Minha gratidão aos meus pais David e Natália, aos meus amores Juarez e Rodolfo & Bianca, enteada, netas (os), familiares, amigos, usuários do sistema público, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha vida nesse aperfeiçoamento profissional, sou grata!”

ANÁLISE DOS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO QUE TANGE AOS PROJETOS SOCIAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TELEMACO BORBA

MACHADO, Isabel Alves¹
BORGES, Reginaldo.²

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar as possibilidades, os desafios na articulação entre as políticas públicas sociais básicas, no município de Telêmaco Borba – PR, bem como compreender teoricamente no que consiste tal articulação, pontuando o que dificulta na articulação dos programas, projetos e serviços desenvolvidos pelas secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Tem como metodologia de pesquisa, a análise documental do projeto de intervenção “Escola e família: construindo parcerias em prol da educação”, desenvolvido atualmente nas 4 (quatro) escolas municipais, com famílias usuárias do Programa Bolsa Família, incluindo também das avaliações realizadas pela equipe executora do projeto que sistematiza os resultados já obtidos. Durante a pesquisa foram utilizados projetos sociais já encerrados e em andamento para análise mais detalhada sobre alguns procedimentos ou requisitos importantes em um projeto desta natureza. Tais dados de natureza quantitativa e / ou qualitativa foram coletados junto aos órgãos gestores das respectivas políticas. Também utilizar-se-á como técnica de pesquisa a revisão de literatura e a observação.

Palavras-chaves: Políticas públicas. Articulação. Intersetorialidade.

¹MACHADO, Isabel Alves. Especializanda em Gestão Pública Municipal, Elaboração e Avaliação de Projetos Públicos, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, isa.bel.machado@hotmail.com.

² BORGES, Reginaldo. Mestrado em Engenharia de Produção, Elaboração e Avaliação de Projetos Públicos, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, rborges@utfpr.edu.br.

ANÁLISIS DE LOS MECANISMOS DE CONJUNTOS DE POLÍTICA PÚBLICA EN TANGA A PROYECTOS SOCIALES DE PÚBLICO TELEMACO BORBA MUNICIPIO

Resumen: Este artículo tiene como objetivo identificar las posibilidades, los retos en la vinculación de las políticas sociales básicas en el municipio de Telêmaco Borba - PR y entender teóricamente lo que constituye tal articulación, puntualizando que dificulta la articulación de programas, proyectos y servicios desarrollado por los departamentos municipales de Educación, Salud y Asistencia Social. Su metodología de investigación, análisis documental del proyecto de intervención "de la escuela y la familia: la creación de asociaciones para la educación", desarrollando actualmente en cuatro (4) escuelas públicas, con las familias de los usuarios del Programa Bolsa Familia, que también incluye las evaluaciones llevadas a cabo por el personal que ejecute el proyecto que organiza los resultados ya obtenidos. Durante la investigación que utilizan proyectos sociales ya concluidos y en curso para un análisis más detallado de algunos procedimientos importantes o requisitos en un proyecto de esta naturaleza. Tales datos cuantitativos y / o cualitativos se obtuvieron de los órganos de gobierno de sus políticas. También se utiliza como técnica de investigación de la revisión de la literatura y la observación.

Palabras clave: *Políticas públicas. La articulación. Intersectorial.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
3 METODOLOGIA.....	18
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	20
4.1 EXPOSIÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “ESCOLA E FAMÍLIA CONSTRUINDO EM PROL DA EDUCAÇÃO”.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A presente proposta se ocupa de analisar os mecanismos de articulação das políticas públicas no que tange aos projetos sociais públicos no município de Telêmaco Borba, especificamente nas áreas de saúde, educação e assistência social, cujos campos são ações prioritárias de atenção de programas governamentais na esfera federal, que exigem como contrapartida do município projetos locais complementares intersetoriais.

O interesse pelo tema emergiu através das reflexões enquanto profissional da política municipal de saúde, atuando em ações que visam à articulação da rede de serviços prestadora enfrentando determinados desafios, os quais dificultaram a continuidade do trabalho atuando como bloqueio nas articulações dessas ações.

As políticas sociais não são apenas espaços de confrontação, tomadas de decisão, mas constituem elementos de um processo complexo e contraditório de regulação política e econômica das relações sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Vê-se então que a política social é um campo contraditório, como todos os demais fenômenos sociais, permeado por interesses e projetos sociais contrários, no qual se renovam questões diretamente articuladas à especificidade e à autonomia dos gestores frente à população.

Diante desse paradigma, motivou-se o interesse em estudar as possíveis disputas e contradições presentes também na realidade local, onde na busca das respostas a tais indagações permita o encontro das alternativas de superação de barreiras que dificultam o desenvolvimento local relacionado aos projetos públicos.

De encontro a este cenário busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como tornar os mecanismos de articulação das políticas públicas mais eficientes no que tange aos projetos sociais públicos no município de Telêmaco Borba?

Tem como objetivo mais amplo analisar os mecanismos de articulação das políticas públicas no que tange aos projetos sociais públicos no município de 0Telêmaco Borba. De forma mais específica, para alcançar aquele, traçou-se algumas ações como: Compreender os mecanismos de articulação entre as políticas públicas; identificar os problemas que afetam a articulação dos programas, projetos e serviços existentes no município; estabelecer a partir da realidade constatada cenários que favoreçam uma melhor articulação.

As secretarias municipais buscam a concretização do papel de superar os entraves que dificultam a defesa do interesse coletivo na esfera pública, resgatando a dimensão ética da vida social, assumindo as responsabilidades e obrigações sociais do poder público, entretanto o atendimento das necessidades das demandas, as quais em sua grande maioria são integrantes

dos serviços de média e alta complexidade das políticas governamentais prestados pela instância estadual, co – financiados pela federal, representado pela Secretaria de Estado e Ministério da Saúde, respectivamente. Isso não está contemplado objetivamente na atenção básica primária, modalidade que está credenciado pelo porte do município, cujos recursos prioritariamente deverão ser direcionados para o atendimento dessas ações.

Para tanto, o servidor público procura dar sua contribuição reconhecendo a dualidade da universalização dos direitos sociais assegurados constitucionalmente, considerando que o órgão gestor da política municipal de saúde, enquanto instituição governamental compõe o conjunto onde a quantidade de recursos é um fator delimitador do acesso universal ao anteriormente citado, preconizado pela prioridade orçamentária e pelas diretrizes orçamentárias direcionadas hierarquicamente entre as instâncias gestoras do SUS (Sistema Único de Saúde) federais, estaduais e municipais que diante das normativas define quem é a responsável por ordem de complexidade.

Falar em trabalho articulado entre as políticas públicas³ não é um debate novo, mas uma exigência que se coloca como desafio aos gestores, pautada nas legislações das referidas políticas e também para atender com qualidade os usuários e suas demandas.

Outro fator de relevância são as ações articuladas entre as políticas públicas de educação, saúde e assistência social, que já vêm acontecendo no município desde o ano de 2008⁴, mas que apesar dos resultados já obtidos com estas ações, não se consegue avançar no debate e transformar ações fragmentadas em ações coletivas, articuladas.

Também é possível argumentar que como possibilidade superadora das práticas fragmentadas ou paralelas na relação com os usuários dos serviços governamentais, as ações articuladas otimizam recursos públicos (humanos, materiais, financeiros, físicos), visto que a população demandatária das políticas públicas é a mesma, ou seja, o usuário da política de: saúde é usuário, educação assistência social.

³Saúde, Educação, Assistência Social, Obras e Serviços Públicos, Finanças, Administração, Indústria e Comércio.

⁴Projeto “Família e escola: construindo parcerias em prol da educação”, implantado na escola municipal Samuel Klabin, em abril de 2008, com o objetivo de reduzir a evasão escolar dos alunos, cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como aproximá-las da escola. Comissão Municipal do Plano de Ação e Metas do Programa Bolsa Família, implantada em 2008, com representantes das políticas de Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Núcleo Regional de Educação.

O tema é relevante por vários motivos. Dentre eles destaca-se a possibilidade de estudar com afinco o tema sobre trabalho articulado; analisar os reais problemas que impossibilitam na articulação dos programas, projetos e serviços existentes no município, bem como atuar como multiplicadores da proposta ora em pauta. Enfim todos esses argumentos traduzem que sua execução é interdependente do modo como se organiza o fluxo territorial para operacionalizar políticas públicas e de reflexões no campo ético – político da gestão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para as problematizações sobre como tornar os mecanismos de articulação das políticas públicas mais eficientes no que tange aos projetos sociais públicos no município de Telêmaco Borba cabe especificar a concepção de políticas públicas, considerando que nesse contexto se projetam e efetivam tais ações. Inicia-se com a análise das políticas públicas, entendendo que a missão do tema aqui proposto, uma vez que atuam como instância mediadora na gestão pública municipal, onde em todos os seus espaços busca-se garantia da efetivação de que os projetos cumpram com sua função política, social, nas quais estão explícitas as intencionalidades e ações pertencentes à administração municipal.

De modo breve recorre - se à Rodrigues (2010, p. 53), quando coloca que Políticas públicas constituem um conjunto articulado de ações, decisões, incentivos as quais buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos. Essas ações são desencadeadas por atores, os quais lidam com problemas públicos e são desenvolvidas por instituições públicas governamentais, pelo processo político (legislativo, judiciário, tribunais de contas, ministério público etc.) que as condicionam. O objetivo é assegurar que o desempenho dessas instituições esteja a serviço do interesse público e submetido ao controle democrático.

As políticas públicas são guiadas pelos interesses da sociedade, portanto, “deve visar à satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada, ou, das necessidades do capital”. (PEREIRA, 2008, p.96). Assim como, pode-se afirmar que as políticas, também buscam consolidar direitos alcançados através de debates e conflitos na história da sociedade mundial desses recursos públicos, os quais poderão ser ofertados na forma introdução de novas políticas ou redimensionamento das já existentes.

Visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. Ou melhor, os direitos sociais declarados e garantidos nas leis são, de regra, conquistas da sociedade e só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços. São os serviços sociais que tornam evidente uma política pública. (PEREIRA, 2008, p.95).

Estado e sociedade são os principais sujeitos na execução das políticas públicas, exigindo o papel ativo de ambos na introdução, na administração e no redimensionamento da mesma. Pode - se conceber o Estado como aquele que é descrito pela sociedade unificada pelo pensamento ou ideologias focadas para um senso ou bem comum. E, partindo da definição generalista de sociedade humana como um conjunto de cidadãos de um país, sujeitos à mesma

autoridade política, às mesmas leis e normas de conduta, organizados socialmente e governados por entidades que zelam pelo bem-estar desse grupo.

Mas, considerando que a sociedade natural, por si só não consegue manter e preservar a paz entre as pessoas agrupadas. Para tanto surge a necessidade de criar uma imagem abstrata com poder de regulamentação e unificação ou ideias ao redor de uma comunidade e isso denominou – se Estado. Este é uma sociedade política que para o seu reconhecimento há a necessidade de ser constituído por um povo, pois o poder emana do povo, o qual delega ao Estado o seu domínio de normatizar.

Também para ser reconhecido como Estado há a necessidade de um território, espaço territorial onde a sociedade política irá exercer o seu poder de soberania.

Então, chegou - se ao conceito de gestão pública responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade, estado ou país. Mas, para que haja eficiência na gestão correspondente à administração daqueles há que se estabelecer a organização na gestão, criar missões correspondentes ao desenvolvimento que se almeja alcançar para, enfim, realizar a gestão de forma eficiente e eficaz.

Rua (2009, p. 21-22) destaca as políticas públicas como resultado do exercício político e que este consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade.

O cenário desta proposta de pesquisa considera que políticas públicas são resultantes da atividade política, deliberando várias ações estratégicas com a finalidade de implementar os objetivos almejados e, portanto, envolvem múltiplas resoluções políticas. Constituem-se de resoluções e ações que estão blindadas da autoridade absoluta do poder público.

Transformar uma sociedade (diversificada e complexa) através das políticas públicas pacientemente, faz – se necessário que os intérpretes públicos (pessoa, conjunto ou organização que participa de algum “movimento social”, detentor de projeto político, controlador de receita relevante, tem, soma ou desorganiza forças no processar – se e possui, portanto, capacidade de produzir realizações aptas para providenciar seu planejamento) demonstrem aptidão não só para diagnosticar, analisar o contexto econômico, social, político em que vivem, assim como para comunicar - se e negociar democraticamente com os diferentes intérpretes envolvidos no processo.

Na ciência política, as políticas públicas enquanto área do conhecimento foram emancipando – se e assumindo condição científica a partir da propagação de uma série de análises e estudos acadêmicos realizados desde meados do século 20 na Europa e nos Estados Unidos. Na Europa esses estudos tinham por objetivo analisar e explicar o papel do Estado e

de suas organizações mais importantes na produção de políticas públicas. Já nos Estados Unidos, a ênfase se deu na ação dos governos (SOUZA, 2006, p.24).

A vida cotidiana sendo afetada em diversos aspectos pelas políticas públicas, vem despertando o interesse dos cidadãos, porque essas políticas são financiadas pelos recursos dos tributos arrecadados, definindo regras de conduta, lutas, organizam burocracias, negócios, distribuindo bens e uma variedade de serviços à população; e, pelo fato de criar a necessidade de exemplos sobre as causas de determinadas políticas públicas serem amparadas em detrimento de outras. O agravamento dos problemas sociais tem provado que não há um vínculo necessário entre as dimensões políticas de consolidação da cidadania, tornando passível, em muitos casos, a progressão ou o regresso de um ou de outro direito, determinado pela conveniência da circunstância do ente federado responsável.

Conforme Rua (2009, p. 37-38) o ciclo de políticas é uma abordagem para a análise das políticas públicas que identifica fases sequenciais e interativas - iterativas no processo de produção de uma política. As políticas públicas têm sua origem nas relações de força de uma sociedade que, em discussões constantes, formará o conjunto de decisões tomadas no interior do Estado. Quando atingem relações econômicas, são políticas econômicas, quando se referem ao modo de vida em sociedade, são políticas sociais, e desdobram-se em inúmeros setores sobre os quais se quer ou é necessário intervir. Faz – se necessário ressaltar que embora muitas vezes concebidas separadamente, elas estão interligadas.

Há a necessidade de atuação mais integrada e articulada entre os sujeitos envolvidos no processo da gestão pública municipal com as ações intersetoriais visando fundamentalmente propiciar atuação ativa humana convergindo nela os elementos constitutivos do processo de gestão para o desenvolvimento em todas as áreas abrangidas.

Parte-se, pois, do pressuposto de que esse trabalho deve ser coletivo. Assim, é preciso incorporar no planejamento da gestão pública municipal além os fatores econômicos, as variáveis sociais.

Nesse viés, para a efetividade da gestão pública municipal faz-se necessário maior interação entre pessoas que estão atuando nos diversos projetos sociais públicos a fim de sejam produzidos os impactos desejados onde se inserem essas ações.

A intersetorialidade será estudada no sentido de sua intenção política revestida num processo relacionado às políticas públicas, verificando se suas ações estão articuladas no sentido de planejar, organizar, aperfeiçoar e assegurar a troca de saberes.

Apresenta – se agora definição da intersetorialidade por acreditar que a existência social é composta de múltiplas faces, dificilmente agir isoladamente tem possibilidade do

alcance e absorção quanto à diversidade fantasiosa dessa realidade, decifrando – a verdadeiramente.

A intersetorialidade merece atenção especial na investigação científica pela influência dominante para a organização da gestão, rede de serviços, planejando proporcionar e alargar o campo do acesso aos direitos, assim como fortalecer os projetos sociais públicos que resultarão no processo da autonomia dos usuários. Entretanto, é necessário ter claro a sua importância real, ideológica, pois trata-se de ato representativo da suprema forma de articulação das várias concepções e práticas que influenciam na vida em sociedade.

Segundo Inojosa, 2001, a intersetorialidade é articulação de conceitos e experiências para a programação, efetivação da avaliação de políticas, programas e projetos, cujo objetivo é alcançar melhores níveis de desenvolvimento social.

Constata-se então a primordialidade de reformatação da gestão pública com a inclusão da avaliação do formato organizativo e regulamentador dos serviços ofertados, definindo novas relações entre governo, sociedade civil e mercado, visualizando o desenvolvimento social. A intersetorialidade aparece enquanto princípio e tática da gestão em conformidade com as políticas públicas para ascensão e defesa de direitos. Entretanto, a verdadeira implementação da intersetorialidade como tática da gestão depende ainda de múltiplos fatores, cujo estudo é atualmente um estímulo.

A intersetorialidade para Junqueira (2004, p. 4,9) constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e seus interesses. Assim, estabelecer de forma integrada as múltiplas políticas sociais é independente apenas do desejo político de quem detém o poder ou os meios livres, pois cada política setorial tem suas conveniências e práticas.

Sposati (2006, p. 134), alerta quanto à questão de que a “intersetorialidade na gestão pública significa adotar uma decisão racional no processo de gestão, cuja aplicação pode ser positiva ou não”. Com essa colocação entende-se que é fundamental a disposição ordenada entre setorialidade e intersetorialidade, assim como instituir escalas para que essa última se efetive realmente. Agir sob ótica intersetorial é sinônimo de capacidade quanto à compartilhar responsabilidades e organizar os encargos necessários à realização da tarefa para a qual é preciso contar com igual compromisso dos personagens sociais comprometidos.

Intersetorialidade pode ser combinada a modelos ascendentes ou mais descendentes de gestão. Entende-se por ascendente o princípio da intersetorialidade aplicado

na base da gestão institucional com setorialidade no modelo de gestão dos órgãos de cúpula, ou seja, acontecerá à medida que diferentes representações da gestão municipal se articulam e se integram a fim de atingir uma meta comum e o modelo descendente realiza o movimento contrário, levando em consideração a atuação de diferentes sujeitos/técnicos de organismos públicos e da sociedade civil na formulação de propostas para atendimento comum de uma meta, objetivo, etc. (SPOSATI, 2006, p. 136).

A autora afirma que tem dimensões e precisam ser combinadas, ou seja, a setorial e a intersetorial, como dever do Estado e direito da cidadania. Segundo Sposati, o primeiro princípio que dirige essa relação aparenta ser o da centralização, sendo esse um conjunto de impulsos para agir em determinada situação, seja ela um objeto, tema, uma necessidade, território, grupo, objetivo, ou perspectiva. Entretanto, considera ser necessário que a intersetorialidade sempre seja corretiva de irracionalidades entre pessoal, funções ou gastos sobrepostos, pois é um mecanismo racionalizador da ação porque é uma estratégia de gestão institucional a qual busca trazer mais qualidade por permitir ultrapassar limites que ocorreriam na abordagem somente setorial (SPOSATI, 2006, p. 137).

Intersetorialidade traz algumas dificuldades apresentadas pelas políticas setoriais no processo, devido à sua própria cultura, obstáculos político-partidários, assim como outras causas agem sobre a execução das políticas, já que vão se confrontar interesses, dispositivos funcionando como rede de influências para sua existência e importância.

Quando se busca fortalecer a gestão democrática do setor governamental, em cuja fecundação, execução das políticas públicas é realizada com a divisão das responsabilidades, o privilégio de trabalho sob a forma de redes intersetoriais e adicionais torna-se uma utilidade.

Considerando que os problemas sociais, cada vez mais complexos, demandam mais do que as tradicionais ações pontuais, fragmentadas, assistencialistas e setorializadas para sua efetiva resolução, faz-se necessária operacionalidade desta política intersetorial que melhore realmente a qualidade de vida dos cidadãos telemacoborbenses.

Passa-se agora a discutir articulação entre as políticas públicas advertindo que articular saberes requer redimensionamento dos serviços ofertados pela gestão pública. Também exige readequação na caracterização e envolvimento dos sujeitos no processo da operacionalização das atividades de gestão. A necessidade da construção de ações intersetoriais, articuladas entre os projetos sociais públicos tem por base o fato desses abordarem temas e questões que atingem os mesmos cidadãos num mesmo território, relacionado à necessidade de se abordar questão social em sua integralidade.

Dialogar, articular as gestões setoriais, tendo por base identificação das necessidades, demandas e território de atuação, comuns a diferentes políticas, podem levar à construção da agenda com ações integradas.

O Programa Bolsa Família também pode ser citado como exemplo concreto integrador entre políticas ao promover a transferência de renda dirigida ao combate à pobreza, em articulação com as ações de educação, saúde e assistência social, visando a melhoria das condições de vida das futuras gerações. Com base nessa integração, abre-se espaço, tornando possível um grande número de ações intersetoriais e articuladas entre várias políticas setoriais. Constata-se que a estrutura existente nos modelos tradicionais, os planos, as ações, perpassam por padronização fundamentada em decisões, definições das necessidades coletivas formuladas a partir da perceptiva de técnicos e especialistas. Incluir intersetorialidade como eixo de operacionalização da gestão social no campo das políticas públicas é um desafio, pois historicamente a administração pública não foi organizada por esta referência.

As políticas de saúde e assistência social fazem parte do tripé da Seguridade Social no Brasil juntamente com a Previdência Social. Por isso há uma importância política da democratização no que se refere ao atendimento das demandas, universalização, garantia de acesso ainda que cada uma delas tenha ações setoriais e necessariamente precisem se articular entre si. A assistência social, a partir de 2003 é estruturada administrativamente e passa a ser regida pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que tem como referência a Lei Orgânica da Assistência Social, as Normas Operacionais Básicas (NOBs) e a Constituição de 1988. A gestão proposta para essa política é o pacto federativo, sendo que a forma de enfrentar a questão social foi descentralizada, levando em consideração as desigualdades territoriais e participação social.

A intersetorialidade passa a ser alvo das discussões para implementação da política de assistência, muitas vezes expressa por palavras que têm sentido similar (interface, conexão) em que “os serviços de proteção social tem estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo, muitas vezes, uma gestão complexa e compartilhada”. (BRASIL, 2004, p. 31).

Observa-se, ainda, no documento tratamento da interface enquanto inter-relação, ou seja, “O Plano de Assistência Social expressa a política e suas iner-relações com as demais políticas setoriais e com a rede socioassistencial” (BRASIL, 2004, p. 37). Realizando análise das políticas setoriais pode-se considerar que elas se complementam, dando a entender que existe uma propensão à atuação intersetorial. As legislações vêm reforçar que a Política Pública deve ser intersetorial, ocorrer através de conjunto integrado das ações governamentais

e da sociedade civil, como a Lei Orgânica da Assistência Social aprovada em 1993. Esse reordenamento jurídico que rompe com as rígidas fronteiras entre o público e privado, demanda consequentemente reordenamento institucional dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas.

3 METODOLOGIA

Segundo GIL, 2007, a pesquisa envolve escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto.

Iniciaremos pela pesquisa bibliográfica, com utilização de material bibliográfico especialmente livros e artigos científicos. Amplia-se conhecimento no campo estudado, após o pesquisador deter autoridade quanto ao assunto para depois utilizá-lo como exemplo teórico que funcionará como suporte a outros problemas de pesquisa, para retratar e organizar o estudo do tema na área estudada.

Entende-se que quando se propõe realizar uma pesquisa, parte-se da realidade concreta, onde os sujeitos envolvidos na pesquisa são reais, com a sua história de vida, seus ideais, angústias, valores, enfim, o seu modo como interagir no mundo, com as pessoas, tanto do ambiente doméstico quanto as profissionais e sociedade em geral. Portanto, não há neutralidade na pesquisa, e sim perguntas problematizadas que anseiam por respostas, as quais dependem do compromisso ético – político do pesquisador. Concorde-se com este pressuposto ético-político e compreende-se que as questões motivadoras da pesquisa são “sempre expressão de uma dada experiência pessoal e profissional” (BOURGUIGNON, 2006 p.42).

Segundo Zanella (2012, p. 73) pesquisa qualitativa pode ser “fundamentada principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados, tem por base conhecimentos teóricos empíricos permitindo atribuir – lhe cientificidade”. Assim, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois esta possibilita compreender teoricamente as relações dos sujeitos da pesquisa com o contexto em que realizam a prática profissional, enquanto gestores das políticas públicas.

De acordo com Minayo (2004, p. 16-18), pesquisa qualitativa é a metodologia que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ao optar – se por este tipo de análise, escolheu - se categorias para melhor exemplificar a pesquisa e expor os resultados alcançados.

Pesquisando, utilizou - se projetos sociais já encerrados e em andamento para análise mais detalhada sobre alguns procedimentos ou requisitos importantes em um projeto desta natureza. Tais dados de natureza quantitativa e / ou qualitativa foram coletados junto às

Secretarias Municipais de: Saúde, Educação e Assistência Social. Zanella (2012) comenta que, pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, se utiliza de fontes documentais, isto é, fontes de dados secundários.

Utilizou-se também como técnica de pesquisa a observação, enquanto método científico que utiliza o sentido visual para colher informações da realidade, assim como caráter exploratório/documental, pois visa ampliar conhecimento a respeito do gerenciamento dos projetos sociais públicos em parceria nas três áreas analisadas e a possibilidade de construir rede entre eles.

A pesquisa empírica foi realizada através da análise documental nos dispositivos que implantaram os projetos (leis, normativas, resoluções) visando analisar as possíveis alternativas de intersetorialidade dentre as ações articuladas envolvendo políticas públicas da educação, saúde e assistência social, que já vem acontecendo no município desde o ano de 2008 para atender as demandas municipais.

Como toda pesquisa, os resultados alcançados apontam fatores avaliativos com possíveis compreensões como satisfatórios ou sugestões para a melhoria do trabalho ofertado, também, sendo fonte de pesquisa e parte histórica do local pesquisado. Portanto, após a avaliação dos resultados, buscou-se destacar os efeitos positivos nas ações intersetoriais envolvendo as Políticas Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação e possibilidades de avanços com as possíveis adequações a serem feitas nas propostas pesquisadas. O tema gestão política de projetos sociais da intersetorialidade trouxe interrogações sobre o necessário repensar das práticas nas políticas públicas, sob a perspectiva da ética e ação política dos sujeitos.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico traz as principais características sobre gestão política do município de Telêmaco Borba - PR, lócus da ação investigativa do presente estudo. Também descreve as possibilidades para entrelaçamento das públicas através dos projetos sociais em parceria para torná – los mais eficientes, especificamente nas áreas de saúde, educação e assistência social, cujos campos são ações prioritárias de atenção dos programas governamentais da esfera federal, que exigem como contrapartida municipal projetos locais complementares intersetoriais.

Nas atribuições das políticas municipais de saúde, educação e assistência social, constata-se que cada uma delas é responsável pela gestão social de uma política específica, conforme as determinações que a Lei da sua criação lhes conferiu. Assim, reproduz a fragmentariedade das políticas públicas, segmentada em partes com comunicação limitada, ignorando que na realidade os problemas, necessidades da população tornam – se difíceis e versáteis.

4.1 EXPOSIÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “ESCOLA E FAMÍLIA: CONSTRUINDO PARCERIAS EM PROL DA EDUCAÇÃO”

Este artigo foi elaborado a partir da experiência do trabalho articulado que ocorre no projeto de intervenção “Escola e família: construindo parcerias em prol da educação”. Efetivado à partir de 2008, pelas Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, em resposta a uma exigência social que, dentre outras, era o descumprimento quanto a condicionalidade da educação pelas das famílias usuárias do programa Bolsa Família no município.

Segundo o BRASIL (s.d.a), o Programa possui três eixos principais, sendo a transferência de renda, as condicionalidades e os programas complementares: transferência de renda tenta promover o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os usuários tentem superar a situação vulnerabilizadora. O objetivo das condicionalidades seria uma dupla responsabilização das famílias pelo compromisso assumido e do poder público em assegurar a oferta desses serviços básicos

Isso é acompanhado mensalmente pelo Gestor do Programa Bolsa Família no município, através do instrumental Relatório da Frequência Escolar, preenchido bimestralmente pela direção de cada escola municipal e estadual informando a situação da

frequência escolar do aluno usuário. O monitoramento da saúde acontece semestralmente, no qual os agentes comunitários recebem mapas de acompanhamento com endereços das famílias do programa referente à sua respectiva unidade de saúde.

A pesquisa documental no projeto acima citado, PREFEITURA... (2008), mostra alguns fatores contribuintes para a construção do projeto. O primeiro diz respeito ao descumprimento da condicionalidade da Educação por parte das famílias usuárias do Programa Bolsa Família no Município de Telêmaco Borba - PR, onde no ano de 2007, 232 famílias tiveram o recurso bloqueado; 155 famílias tiveram o recurso suspenso pela primeira vez; 107 famílias já estavam suspensos pela segunda vez e, 110 famílias tiveram o recurso cancelado (BANCO DE DADOS: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA - PR, 2007).

O segundo aspecto está relacionado com o Índice de Gestão Descentralizada – IGD, que de conforme BRASIL⁵ (s.d.c) que “é um índice que mede a qualidade da Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Cadastro Único e garante o repasse mensal de recursos financeiros aos municípios que apresentem bom desempenho”, utilizado na identificação e atendimento das famílias com nível de vulnerabilidade maior.

A proposta de intervenção focava que o recurso repassado ao município através do IGD deveria ser utilizado, principalmente, na melhoria da qualidade de vida, bem como na garantia dos direitos sociais básicos assegurados nas principais legislações do país. Após análise constata – se que durante a construção teórica do projeto, o princípio orientador quanto ao trabalho com as famílias, previa a articulação das políticas públicas sociais básicas no município, visando organizar a Rede Intersetorial no município, a qual, segundo Guará, et. al. (1998 apud BOURGUIGNON, 2001, p.6), visa articular as organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas, setor privado, para o planejamento de ações que priorizem o atendimento integral aos segmentos que se encontram vulnerabilizados.

Então, no projeto, ora aqui em foco, identifica-se dentre os vários motivos para a escolha da escola municipal Samuel Klabin, cita-se: das 22 Escolas Municipais existentes no

⁵O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS tem um instrumento que mede a qualidade de gestão do Bolsa Família em níveis estadual e municipal. Trata-se do [Índice de Gestão Descentralizada \(IGD\)](#). Esse índice leva em conta a eficiência na gestão do Programa, e as informações são utilizadas pelo MDS para o repasse de recursos para aperfeiçoar as ações de gestão dos estados e dos municípios. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Gestão Descentralizada. s.d.c Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada>>. Acesso em 20 set. 2015.

município em 2008, àquela escola possuía o maior número de alunos usuários do Programa Bolsa Família, sendo 279 ao total, conforme banco de dados do Cadastro Único – 2008; também levou-se em consideração o contexto sócio-econômico onde a escola está inserida, pois dentre os bairros que atende encontra-se a maior área de ocupação irregular do Município, onde se concentra parcela significativa da população em situação de extrema pobreza.

Continuando na pesquisa documental, identificou-se também no projeto em foco, optou – se pela implantação nas escolas municipais visando à descentralização, facilitando o acesso das famílias às atividades propostas, na identificação dos problemas sociais que afligia a realidade local, buscando maior aproximação entre as famílias e o coletivo escolar.

Tais hipóteses se confirmaram com a primeira avaliação realizada entre os parceiros (coletivo escolar, secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social) ao término do ano de 2008, onde dentre os resultados obtidos, destaca-se:

redução do índice de evasão escolar e de alunos faltosos, tendo como parâmetro de análise o Relatório da frequência escolar do Programa Bolsa Família 2008: a escola Samuel Klabin tinha 53 alunos com baixa frequência no ano de 2008 e, entre fevereiro e março de 2009, apenas 03 alunos; **maior aproximação das famílias na escola** em outros momentos além dos convocados pela direção; **ampliação da procura pelos serviços preventivos e métodos contraceptivos nas unidades básicas de saúde do Bairro Socomim e BNH** parceiros no projeto; **maior procura pelo serviço de recadastramento do Programa Bolsa Família – Cad. Único**; trabalho voluntário por todos os parceiros, coletivo escolar e palestrantes; sensibilização do coletivo escolar pela problemática social que assola as famílias; concepção de que política pública com qualidade é uma das formas de distribuição de renda. PREFEITURA... (2008) (**grifos nossos**).

Nos dados fornecidos pela SME, consta que o referido projeto foi ampliado de uma para mais três (três) escolas municipais. Entretanto, a participação média mensal das famílias nas reuniões foi de 63 (sessenta e três) em 2008 para 89 (oitenta e nove) em 2011 (último período que consta registrado o número de famílias participantes no documento disponibilizado). No início do ano 127 (cento e vinte e sete) compareceram na reunião mensal e em dezembro 76 famílias. Isso demonstra uma tímida ampliação da participação dos pais em comparação com a amplitude da implementação da proposta para outras escolas, esperava – se um número maior.

Considerando que o público alvo mudou de foco, deixando de priorizar os usuários do Programa Bolsa Família, que precisavam estar inclusas no Cadastro Único às quais devem cumprir as condições definidas pelo Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. Posteriormente o projeto foi ampliado para toda a comunidade escolar. Nota - se que a

“incondicionalidade” pode ser considerada um indicativo que provocou diminuição na participação.

A condicionalidade da saúde é articulada pelo programa Estratégia Saúde da Família, que alimenta o sistema duas vezes ao ano, implica diretamente que as ações daquela política tenham frágeis resultados, pois demonstra apenas a frequência de idas da família à unidade, esta por sua vez só exerce o seu direito a essa política mediante imposição do programa, ou seja, comparecem apenas próximo da data de alimentação do banco de dados para não haver suspensão da renda.

Na educação, a simples frequência escolar e, na saúde, o acesso aos serviços que já deveriam ser universalizados de imunização, pré-natal e acompanhamento nutricional, ainda não constituem rotina de grupos sociais vulneráveis quanto à renda.

Outro fator delimitador para análise da eficiência, eficácia e efetividade é a desatualização do sistema informacional, pois há dois esse banco de dados apresenta que o município possui 2159 (dois mil, cento e cinquenta e nove) usuários, dentre esses, 89 (oitenta e nove) gestantes. Mesmo o município alimentando com dados atuais, o sistema não é atualizado.

Outra questão que observou - se na coleta de dados é a desarticulação no relatório de gestão desse projeto entre os diferentes setores, pois apenas a área de educação tinha disponível o registro do número dos participantes, por considerar descentralizado. Mas, se a proposta envolve intersetorialidade, é de extrema importância que os órgãos parceiros tenham acesso a essas informações para embasarem as avaliações em conjunto e especificadamente em separado para pontuar limites e possibilidades de atuações. Como observado, o gerenciamento do projeto apresenta problemas de registro, o que pode levar a incentivos alterados para o município, por registrar apenas as situações exitosas, diminuindo a confiabilidade estrutural do Programa Bolsa Família e a possibilidade de medir adequadamente a capacidade do município para assegurar o cumprimento das exigências condicionais previstas, especialmente aquelas relacionadas à saúde.

Quanto à área de assistência social, ainda não está preparada para atender à demanda gerada pelo projeto, mesmo que a procura seja por ações básicas, pois ainda essa política não tem sua capacidade de atendimento universalizada.

As ações do projeto ainda são realizadas no espaço das Escolas Municipais, onde acontecem mensalmente reuniões, palestras e oficinas de caráter teórico/prático e contínuo com diferentes segmentos, conforme o interesse e necessidade de cada grupo buscando compreender e respeitar o contexto sócio - econômico e cultural no qual essas famílias estão inseridas. Portanto, ainda com limites, demonstra – se que o projeto vem apresentando resultados, sendo uma proposta de trabalho articulado possível de ser apropriada pelos gestores das políticas públicas sociais básicas e implantada em outras áreas também com foco e demanda de trabalho específico, mas com o mesmo pressuposto teórico/metodológico de planejamento coletivo e da ação descentralizada visando o envolvimento da comunidade ou do público alvo do programa e/ou projeto de intervenção.

Considerou - se pertinente pontuar algumas concepções teóricas que reafirmam os desafios e possibilidades do trabalho articulado. Primeiramente, é importante reafirmar que a ação humana só acontece se provida de objetivos. Portanto, expressa o compromisso ético-político que rege todas as categorias profissionais, bem como o dever que todo servidor público tem para com a comunidade onde atua.

Como a pesquisa refere-se a uma experiência de trabalho concreta, desenvolvida no âmbito das políticas públicas de educação, saúde e assistência social, no município de Telêmaco Borba – PR é de fundamental importância apresentar qual é a concepção de política pública que fica explícita no projeto de intervenção, embora não esteja teoricamente conceituado. De acordo com Giovanni (2009, p. 2), uma política pública vai além da intervenção do Estado numa situação social considerada problemática. Ainda segundo o autor,

Mais do que isso, a política pública é uma **forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas**, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sócias travadas também no campo da economia. **(grifos do autor)**.

Portanto, fica evidente que a realidade social que se mostra cotidianamente como resultante da desigualdade social existente no país, exige respostas do Estado que vão além do atendimento de suas necessidades emergenciais, sendo premente a superação do trabalho fragmentado, setorializado e desarticulado das políticas públicas sociais básicas.

De acordo com Bourguignon (2001, p. 2), historicamente as políticas públicas básicas de educação, saúde, assistência social, cultura, trabalho, habitação sempre atuaram de forma setorializada e desarticulada, “respondendo a uma gestão com características

centralizadoras, hierárquicas, deixando prevalecer práticas na área social que não geram a promoção humana”.

Ainda conforme Bourguignon (2001, p. 2),

esta forma de gestão da política pública gera fragmentação da atenção à necessidade social; paralelismo de ações; centralização das decisões, informações e recursos; rigidez quanto às normas, regras, critérios e desenvolvimento dos programas sociais; divergências quanto aos objetivos e papel de cada área, unidade, instituição ou serviço participante da rede; fortalecimento de hierarquias e poderes políticos/decisórios e fragilização do usuário – sujeito do conjunto das atenções na área social.

A autora aponta todas as desvantagens do trabalho desarticulado, sendo uma delas a fragilização do demandatário da política pública que necessita ser assistido em todas as áreas e não apenas num problema emergencial que ora lhe vulnerabiliza.

As três áreas envolvidas no projeto buscam a concretização do papel de superar os entraves que dificultam a defesa do interesse coletivo na esfera pública, resgatando a dimensão ética da vida social, assumindo as responsabilidades e obrigações sociais do poder público, entretanto, o atendimento aos demandatários da proposta, a qual também é integrante dos serviços de média e alta complexidade da política prestados pela instância estadual, representado pela Secretaria de Estado, não está contemplada objetivamente na atenção básica primária, modalidade que o município se encontra credenciado nas instâncias federais por ser de pequeno porte, cujos recursos prioritariamente deverão ser direcionados para o atendimento dessas ações.

Os gestores municipais procuram dar sua contribuição reconhecendo a dualidade da universalização dos direitos sociais assegurados constitucionalmente, considerando que o órgão gestor da política municipal, enquanto instituição governamental compõe o conjunto onde a quantidade de recursos é um fator delimitador do acesso universal ao anteriormente citado, preconizado pela prioridade orçamentária e pelas diretrizes orçamentárias direcionadas hierarquicamente entre as instâncias gestoras federais, estaduais e municipais que diante das normativas define quem é a responsável pelo atendimento da demanda em questão, com engessamento que prejudica a descentralização democrática e participativa.

Para Carvalho (1999 apud BOURGUIGNON, 2001, p.3), “a gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidade dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas”.

A idéia de intersetorialidade pressupõe articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, sejam eles do poder público, privado, entidades não

governamentais, sociedade, com o objetivo de garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mecanismos de articulação das políticas públicas no que tange aos projetos sociais no município de Telêmaco Borba, especificamente nas áreas de saúde, educação e assistência social estão presentes na agenda da gestão das políticas aqui descritas, as quais apresentam bases importantes a partir das quais é possível construir a intersectorialidade

Durante a construção teórica deste artigo, analisando o projeto de intervenção implantado em parceria e em execução há sete anos, com os resultados alcançados, pode – se afirmar que há a intenção de um trabalho articulado entre setores e secretarias, mas para isso é necessário acrescentar vontade política, baseada num modelo de gestão do social, flexível, incentivando a descentralização dos serviços e a participação da comunidade na definição da agenda das políticas públicas, ou seja, indispensável também o controle social.

Outra possibilidade evidenciada pela equipe é que os mandatários da política pública de Educação são os mesmos da Secretaria de Assistência Social, da Saúde, enfim. Portanto, a articulação entre estas políticas além de propiciar a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis, trazendo mais resultados operacionais e orçamentários, haja vista que tais recursos são cada vez mais reduzidos, também pode assegurar que a continuidade nos trabalhos, além do atendimento emergencial, ocorra de forma planejada, com ações promotoras dos indivíduos enquanto seres de direitos e transformadores da realidade social.

Baseado em Bourguignon (2007, p. 250-251), a intersectorialidade necessita fundamentar-se em alguns requisitos fundamentais para sua sustentação: O Gestor Municipal precisa definir projetos específicos e intersectoriais com identificação de objetivos, metodologia de trabalho e previsão dos resultados a serem alcançados; sinergia e articulação entre todas as instituições e agentes que prestam serviços envolvidos com a proposta, através do compartilhamento de objetivos e ações; suporte qualificado e gerencial aos parceiros envolvidos, ou seja, apoio técnico, administrativo, financeiro e político para desenvolvimento de seus procedimentos; processo contínuo de circulação de informações; avaliação e redefinição de estratégias operacionais, como atividade permanente.

Poderá levar os gestores setoriais a discutir o orçamento público integral e não apenas aquele específico à política de sua competência, diminuindo a disputa pelos recursos financeiros. Fundamenta-se nos princípios da descentralização político administrativa e da, significa nova forma de organização, que deve ser pautada pela ética, na horizontalidade

do diálogo, proporcionando desenvolvimento e fortalecimento de atitudes cooperativas entre os gestores públicos.

Inúmeras dificuldades têm sido constatadas no cotidiano dos órgãos gestores das políticas públicas em questão. No que tange as atividades dos gestores no município, pois a reduzida articulação leva às constantes discussões, sobre um mesmo tema, em diversas secretarias, restringindo a resolutividade dos problemas e com pulverização de recursos públicos prejudicando a eficiência dos projetos.

Identificou - se na ausência de processo contínuo de circulação de informações; avaliação e redefinição de estratégias operacionais de gestão do projeto estudado entre os diferentes setores é um importante desafio na articulação entre as políticas públicas sociais básicas, no município.

Outra questão evidenciada é a que “incondicionalidade” pode ser considerada um indicativo que provocou diminuição na participação dos usuários nas reuniões. Assim, esse critério precisa ser reavaliado com cautela pela equipe executora.

Assim, buscou-se mostrar que as políticas se comunicam de forma restrita e o que limita tal interação no plano local pode ser redimensionado. Por isso, este artigo propõe e incentiva a reflexão sobre os desafios e possibilidades de articulações entre as políticas públicas no município através da execução de projetos intersetoriais, expondo que no plano analítico das políticas em questão existem bases importantes a partir das quais é possível construir a intersetorialidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa de. Vulnerabilidade Social. In: **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife, 2005. Disponível em <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2005/idh-m.html>>. Acesso em: 19 ago. 2015.
- BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2003.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas**. Revista Emancipação. Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 41-52, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 21set. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Bolsa Família**. s.d.a Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 21set. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Condicionalidades**. s.d.b Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em 21 set. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Gestão Descentralizada**. s.d.c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada>>. Acesso em 21set. 2015.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de M. e RAICHELIS, Raquel (orgs.). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999, p.19 – 29.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- INOSOJA, Rose Marie. **Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional**. Revista de Administração Pública. v. 32, n. 2., Rio de Janeiro: FGV, mar./abr. 1998.
- JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor**. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, São Paulo: Espaço Editorial jan/abr 2004, p. 25 -36.
- SPOSATI. Aldaíza. **Gestão pública interresetorial: sim ou não? Comentários de experiência**. Serviço Social e Sociedade. n. 85, São Paulo: Cortez, março 2006.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. **Arquivos documentais referentes ao projeto de intervenção Escola e Família: construindo parcerias em prol da educação**, [S.I.], 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. **Avaliação sistematizada pela equipe executora do projeto**. [S.I.], 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Banco de dados do Cadastro Único**. [S.I.], 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. **Projeto de intervenção Escola e Família: construindo parcerias em prol da educação**. [S.I.], 2008.

RODRIGUES, Marta M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. n. 16, ano 8, Porto Alegre: UFRS, jul-dez, 2006.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: CAPES/UAB, 2009.

WWF-BRASIL. **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF-Brasil, 2003. 91p. Disponível em: <http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/redes_ea_wwf.zip>. Acesso em: 10 set. 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: CAPES/UAB, 2009.